

**VI-143 - ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO
PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO DA REDE DE POSTOS REVENDADORES DE
COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DO PETRÓLEO INSTALADOS EM ITABIRA-MG**

Ana Luiza Ferreira Rabello⁽¹⁾

Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei) – *Campus* Itabira.

Giselle de Paula Queiroz Cunha

Engenheira Ambiental, Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo, Professora Adjunta I na Universidade Federal de Itajubá (Unifei) – *Campus* Itabira.

James Lacerda Maia

Administrador, Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos, Professor Adjunto I na Universidade Federal de Itajubá (Unifei) – *Campus* Itabira.

Jéssica Carvalho Torres

Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei) – *Campus* Itabira.

Endereço⁽¹⁾: Rua Irmã Ivone Drumond , 200 – Distrito Industrial II - Itabira - MG - CEP: 35903-087 - Brasil - e-mail: anafrabello@gmail.com.

RESUMO

O licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais são instrumentos da política nacional do meio ambiente, lei Nacional nº 6938 de 1981. Dessa forma desde o início dos anos de 1980 o licenciamento se torna um dos principais instrumentos de controle ambiental, o qual deve induzir ações preventivas e medidas corretivas de acordo com o empreendimento instalado. A revenda de combustíveis é considerada uma atividade potencialmente poluidora pela Resolução CONAMA 273/2000, sendo objeto de pesquisa em Itabira-MG, cidade que, segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), possui 11 postos de combustíveis licenciados e cujo impacto potencial ou efetivo envolve a contaminação do solo e das águas subterrâneas por compostos tóxicos, o risco de incêndios e explosões causados pelo acúmulo de combustíveis e seus vapores em estruturas subterrâneas e prejuízos à saúde humana por ingestão de líquidos e inalação de vapores dos compostos. Neste contexto, o objetivo do presente estudo foi analisar o processo de Licenciamento de uma rede de postos revendedores de combustíveis derivados do petróleo, composta por cinco unidades pré-selecionadas em Itabira-MG. Os resultados obtidos foram comparados com a Resolução CONAMA 273/2000, com as Deliberação normativa 50/01 do Estado de Minas Gerais e com o processo de licenciamento realizado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), constatando que a SMMA necessita adequar-se, de forma a garantir a conformidade com a Resolução Conama, uma vez que é necessário e obrigatório atender a legislação federal. Bem como, agir de forma mais restritiva, a exemplo o Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Postos de combustíveis, impactos ambientais, licenciamento ambiental.

INTRODUÇÃO

O petróleo surgiu como principal fonte energética no mundo no século XX, recurso o qual possui grande versatilidade. Isso ocorreu devido a três pilares: especialização da mão de obra, estudos sobre novas técnicas de exploração e desenvolvimento tecnológico dos processos de transformação do petróleo. A partir desses, tornou-se possível aproveitar com eficácia o potencial deste produto, que fornece insumos a quase todos os setores da atividade econômica moderna: desde a indústria farmacêutica, cosmética e de combustíveis até a indústria plástica e de materiais sintéticos, sendo assim considerado o principal componente da indústria mundial.

A indústria do petróleo segue cinco seguimentos: exploração, transporte, processamento, refino e distribuição. Sendo que este último inclui a fase onde os produtos finais são comercializados com as distribuidoras, que se encarregarão de oferecê-los, na sua forma original ou aditivada, ao consumidor final através dos postos

revendedores. Com o avanço das tecnologias da indústria de petróleo, aumentou a exploração e, consequentemente, a ascensão dos outros seguimentos. Isso acarretou em uma elevação do número de postos de comercialização dos derivados do petróleo, também influenciado pela crescente venda de veículos automotores, o que implicou na quantidade de impactos causados por esta atividade.

Os postos de combustíveis, objetos de estudo deste projeto, são considerados atividades potencialmente poluidoras pela resolução Conama 273 de 2000, a qual estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição. Segundo Oliveira (1999) *apud* Loureiro *et. al.* (2010) esses empreendimentos podem gerar impactos relacionados à sua instalação e operação ocasionados, principalmente, por vazamentos que podem conduzir a três impactos: contaminação do solo e das águas subterrâneas, o risco de incêndios e explosões e prejuízos à saúde humana. Além desses processos que geram consequências diretas sobre o meio ambiente, também há a geração de resíduos sólidos que devem ter um destino correto, já que encontram-se contaminados com substâncias tóxicas.

Desse modo, o licenciamento dessas atividades e a análise do monitoramento é imprescindível para minimizar os impactos que podem acarretar riscos para o meio ambiente e para a população lideira ao empreendimento em questão, bem como potencializar os compromissos ambientais estabelecidos e cumpridos perante o processo de licenciamento ambiental.

Sendo assim, consolida-se o seguinte problema: O processo de licenciamento ambiental dos postos revendedores de combustível no Município de Itabira é eficiente? Ou seja, atende aos requisitos da legislação ambiental vigente (federal, estadual e municipal).

Neste contexto justificou-se a necessidade deste projeto, que visou analisar o processo de licenciamento ambiental dos estabelecimentos de revenda de combustíveis e derivados do petróleo, uma vez que estes podem ocasionar contaminação dos solos e das águas subterrâneas. No Brasil, de acordo com Rebouças (1996) *apud* Loureiro *et al.* (2010) a principal fonte de água para o consumo é subterrânea: 61% da população brasileira é atendida por essas águas, sendo no estado de Minas Gerais cerca de 50 %.

O objetivo do presente estudo foi analisar o processo de licenciamento de uma rede de postos revendedores de combustíveis derivados do petróleo, composta por cinco unidades pré-selecionadas, com base nas legislações vigentes, Resolução CONAMA 273 de 2000, Deliberação Normativa 50/01, 74/04 e 108/07 e no processo de licenciamento realizado pela CETESB. Tendo como finalidade ressaltar as potencialidades e fragilidade do processo, com o intuito de sugerir melhorias, caso necessário.

METODOLOGIA

- Área de Estudo

O presente estudo foi desenvolvido em uma rede de postos revendedores de combustíveis derivados do petróleo, composta por cinco unidades, localizada no município de Itabira – MG, conforme observado na Figura 1.



Figura 1: Vista geral da localização dos postos revendedores de combustíveis e derivados de petróleo estudados. Fonte: Google Earth.

- Caracterização da atividade de revenda de combustível de derivados do petróleo inerente à rede de postos previamente selecionada.

Para caracterização da atividade de revenda de combustível de derivados do petróleo foram utilizadas técnicas de coleta de dados, como análise documental. Analisou-se leis, decretos e resoluções, além do processo de licenciamento dos empreendimentos estudados, os quais foram disponibilizados para consulta via Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA.

Além disso, foram realizadas visitas técnicas aos estabelecimentos estudados, onde foram observadas as características do local e da área ao entorno. Foi desenvolvido, ainda, diálogo com o responsável pelo empreendimento, com o intuito de obter informações sobre as atividades realizadas, suas características e equipamentos utilizados.

A fim de resguardar os postos revendedores de combustíveis estudados, estes foram tratados como postos 1, 2, 3, 4 e 5.

- Análises do Processo de Licenciamento Ambiental, especialmente dos relatórios de monitoramento.

Foi realizada uma pesquisa documental, utilizando leis, decretos e resoluções, tanto as federais, quanto estaduais e municipais, bem como o processo de licenciamento dos empreendimentos selecionados.

Além disso, foram estudados os relatórios de monitoramento, os quais continham análises dos efluentes da caixa de Separação de Água e Óleo (SAO) e documentos que comprovavam a destinação final dos resíduos gerados pelos estabelecimentos.

Os documentos supracitados foram disponibilizados pela SMMA para consulta *in loco*.

RESULTADOS

- Classificação da atividade revendedora de combustíveis

De acordo com a resolução CONAMA 273 de 2000 os postos estudados são classificados como Postos Revendedores (PR), já que consistem de instalações onde exercem a atividade de revenda varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, além disso, são estabelecimentos que possuem sistema de armazenamento e abastecimento (BRASIL, 2000).

Estes empreendimentos estão localizados dentro do limite urbano do município de Itabira - MG, sendo que a área ao entorno dos mesmos são caracterizadas da seguinte forma:

- a) Posto 1: presença de linha férrea, lotes vagos, edificações pequeno porte, estação ferroviária. Toda área ao entorno possui abastecimento de água, coleta de esgoto e sistema de condução de energia elétrica.
- b) Posto 2: presença de lotes vagos, edificações de pequeno porte, edificações com mais de quatro andares, sem garagem subterrânea. Toda área ao entorno possui abastecimento de água, coleta de esgoto e sistema de condução de energia elétrica.
- c) Posto 3: presença de edificações de pequeno porte, praça, supermercados, córrego. Toda área ao entorno possui abastecimento de água, coleta de esgoto e sistema de condução de energia elétrica.
- d) Posto 4: presença de linha férrea, edificações pequeno porte, clube de recreação. Toda área ao entorno possui abastecimento de água, coleta de esgoto e sistema de condução de energia elétrica.
- e) Posto 5: presença de linha férrea e edificações de pequeno porte. Toda área ao entorno possui abastecimento de água, coleta de esgoto e sistema de condução de energia elétrica.

Desse modo os empreendimentos acima descritos podem ser classificados quanto a NBR 13.786/97, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação do empreendimento de acordo com NBR 13.786/97

Postos	1	2	3	4	5
Classe do Empreendimento	1	2	3	1	1

Essas classes são definidas pela análise do ambiente entorno do posto de serviços, em um raio de 100m a partir do seu perímetro de acordo com o fator de agravamento, de zero a cinco.

A atividade de posto revendedor de combustíveis derivados do petróleo e etanol pode ser classificada de acordo com a Deliberação Normativa, DN 74/04, alterada pela DN 108/07 com relação ao seu porte e potencial poluidor degradador. Os valores estabelecidos pela deliberação normativa do potencial poluidor/degradador para a atividade estudada são: AR = Pequeno, Água = Grande e Solo = Médio, obtendo no geral uma classificação segundo o potencial poluidor degradador médio. Em relação ao porte do empreendimento, este é considerado pequeno quando a capacidade de armazenamento (CA) $\leq 90\text{m}^3$, médio quando $90\text{ m}^3 < \text{CA} \leq 150\text{ m}^3$ e grande quando $\text{CA} > 150\text{ m}^3$ (MINAS GERAIS, 2007). Com o auxílio da Tabela 2, classificou o empreendimento quanto a DN 108/07. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 2 - Classificação do empreendimento de acordo com DN 74/04

Discriminação		Potencial poluidor / degradador geral		
		P	M	G
Porte da Empresa	P	1	1	3
	M	2	3	5
	G	4	5	6

Tabela 3 – Classificação dos postos analisados de acordo com DN 74/04.

Postos	1	2	3	4	5
Capacidade de Armazenamento	45m ³	75m ³	75m ³	90m ³	90m ³
Porte do empreendimento	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
Potencial Poluidor	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Classe do empreendimento de acordo com DN 74/04	1	1	1	1	1

Os postos analisados são de pequeno porte e com um porte médio em relação ao seu potencial poluidor, sendo assim classificados como classe 1, conforme observado na Tabela 3.

Ainda segundo a DN 74/04, são passíveis de licenciamento pelo órgão estadual empreendimentos das classes 3, 4, 5 e 6, empreendimentos classe 1 e 2, ficam dispensados do processo à nível estadual, sendo sujeitos à autorização de funcionamento pelo mesmo. Entretanto, esses podem ser licenciados pelo município na forma em que dispuser sua legislação, ressalvados os de competência do nível federal (MINAS GERAIS, 2004).

De acordo com a lei complementar 140 de 2011 é responsabilidade do município, observadas as atribuições dos demais entes federativos, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou ainda, localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) (BRASIL, 2011).

No município de Itabira, em 4 de fevereiro de 2003 foi sancionada a lei nº 3.761, que regulamenta o licenciamento ambiental no município. Além disso, Decreto n. 1.825/2007 revogado pelo Decreto n. 1991/2014 aprova o Regulamento do Licenciamento Ambiental Municipal e dá outras providências. Dessa forma, o município passa ser responsável pelo licenciamento das atividades previstas neste decreto, bem como as relacionadas no Art. 22 da Lei Municipal n. 3.761 de 2003 e as estabelecidas em regulamentação estadual. (ITABIRA, 2014).

- Processo de Licenciamento ambiental

O Licenciamento ambiental dos estabelecimentos estudados foi requerido pelo responsável pelo empreendimento junto à SMMA. O tipo de licença requerida para cada posto revendedor pode ser identificada na Tabela 4.

Tabela 4 - Tipo de licença requerida para cada posto revendedor

Postos	1	2	3	4	5
Tipo de licença requerida	LP, LI e LO	LOC	LOC	LOC	LOC

Sendo:

LP: Licença Prévia;

LO: Licença de Operação;

LI: Licença de instalação e

LOC: Licença de Operação Corretiva.

Verificou-se que os Postos 2, 3, 4 e 5 solicitaram a licença de operação corretiva. Essa licença é emitida para empreendimentos não licenciado até a data da publicação da Lei n. 3.761/2003 ou licenciado em desconformidade com a mesma, após o enquadramento efetivo deste à legislação ambiental em vigor, impondo medidas de controle ambiental e condicionantes para a operação. (ITABIRA, 2014)

O processo de licenciamento está esquematizado na Figura 2.

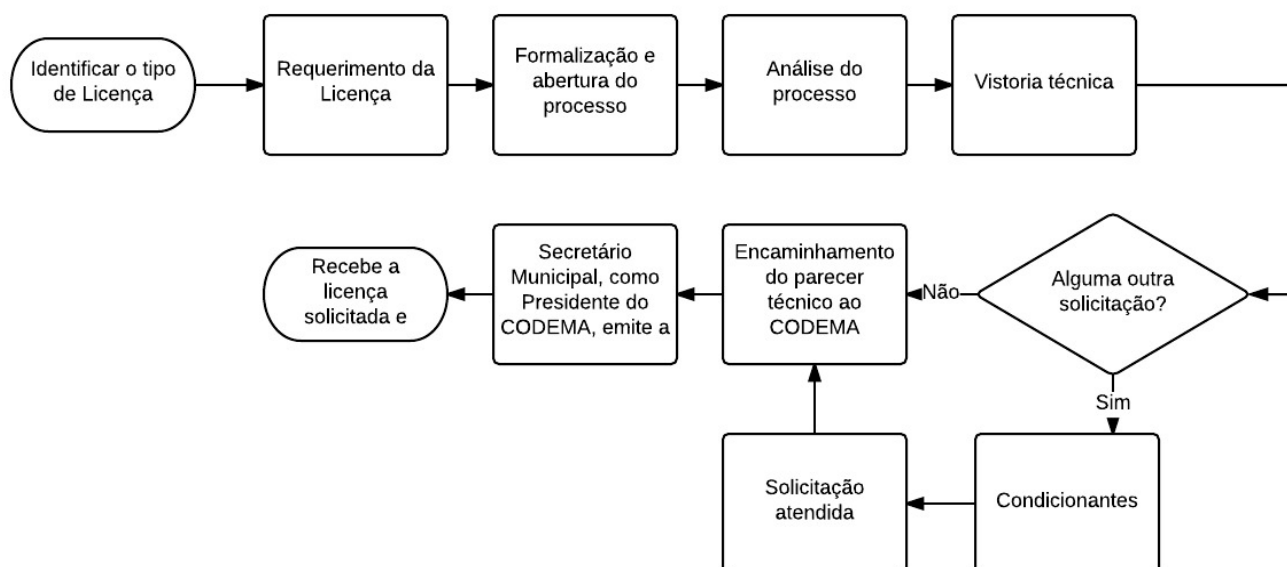


Figura 2- Processo de licenciamento dos postos estudados junto à SMMA.

De acordo com o Formulário de Orientação Básica, os documentos requeridos pela Secretaria Municipal de Itabira, para a formulação do processo são:

- Requerimento de Licença Ambiental;
- Guia de pagamento referente à análise do processo de licenciamento;
- Guia de expedientes – referentes ao licenciamento ambiental;
- Documentação Pessoal do responsável legal;
- Cartão CNPJ;
- Procuração equivalente, que comprove vínculo com o empreendimento da pessoa física que assina FCEM (quando necessário);
- Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento em latitude, longitude ou em formato UTM;
- Contrato social;
- Alvará de funcionamento atualizado ou declaração de regularidade urbanística;
- Comprovação de propriedade do imóvel ou contrato de locação;
- Cópia do Formulário de Orientação Municipal – FORM;
- Cópia do Formulário de Caracterização do Empreendimento;
- Relatório de Controle Ambiental, constando de relatório síntese de cumprimento das condicionantes, acompanhado da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), original e quitada;
- Termo de aprovação e/ou Dispensa do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhaça;
- Conta do SAAE/Outorga – IGAM - Declaração de uso insignificante e
- Parecer do SAAE referente ao projeto de esgotamento sanitário. (ITABIRA, 2014).

Entretanto, a SMMA no ato da convocação ao licenciamento ambiental pode requerer outros documentos, projetos e estudos que subsidiarão a análise de viabilidade e adequação ambiental do empreendimento ou da atividade.

Segundo a Resolução Conama 273/2000 em seu artigo 5º, inciso I e II os documentos exigidos para a expedição das licenças são:

I - Para emissão das Licenças Prévia e de Instalação:

- a) projeto básico especificando os equipamentos e sistemas de monitoramento, proteção, de detecção de vazamento, sistemas de drenagem, tanques de armazenamento de derivados de petróleo e de outros combustíveis para fins automotivos e sistemas acessórios ;
- b) declaração da prefeitura municipal de que o tipo de empreendimento ou atividade e o local estão em conformidade com o Plano Diretor;
- c) croqui de localização do empreendimento indicando a situação do terreno em relação ao corpo receptor e cursos d'água e identificando o ponto de lançamento do efluente das águas domésticas e residuárias após tratamento, além disso, tipos de vegetação existente no local e seu entorno, bem como contemplando a caracterização das edificações existentes num raio de 100 m com destaque para a existência de clínicas médicas, hospitais, sistema viário, habitações multifamiliares, escolas, indústrias ou estabelecimentos comerciais;
- d) caracterização hidrogeológica definindo o sentido de fluxo das águas subterrâneas, identificação das áreas de recarga, localização de poços de captação destinados ao abastecimento público ou privado registrados nos órgãos competentes até a data da emissão do documento, no raio de 100 m, considerando as possíveis interferências das atividades com corpos d'água superficiais e subterrâneos;
- e) caracterização geológica do terreno da região onde se insere o empreendimento com análise de solo, contemplando a permeabilidade do solo e o potencial de corrosão;
- f) classificação da área do entorno dos estabelecimentos que utilizam o Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível-SASC e enquadramento deste sistema, conforme NBR-13.786;
- g) detalhamento do tipo de tratamento e controle de efluentes provenientes dos tanques, áreas de bombas e áreas sujeitas a vazamento de derivados de petróleo ou de resíduos oleosos;
- h) previsão, no projeto, de dispositivos para o atendimento à Resolução CONAMA nº 9, de 1993, que regulamenta a obrigatoriedade de recolhimento e disposição adequada de óleo lubrificante usado (BRASIL,2000).

II - Para a emissão de Licença de Operação:

- a) plano de manutenção de equipamentos e sistemas e procedimentos operacionais;
- b) plano de resposta a incidentes contendo:
 - 1. comunicado de ocorrência;
 - 2. ações imediatas previstas; e
 - 3. articulação institucional com os órgãos competentes;
- c) atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- d) programa de treinamento de pessoal em:
 - 1. operação;
 - 2. manutenção; e
 - 3. resposta a incidentes;
- e) registro do pedido de autorização para funcionamento na Agência Nacional de Petróleo-ANP;
- f) certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e qualidade Industrial-INMETRO, ou entidade por ele credenciada, atestando a conformidade quanto à fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas;
- g) para instalações em operação definidas no art. 2º da Resolução Conama 257/2000, certificado expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada, atestando a inexistência de vazamentos (BRASIL, 2000).

Comparando com a Resolução Conama nº 273 de 2000, um documento exigido pela legislação é solicitado pela Secretaria Municipal, o que se refere ao tipo de tratamento e controle de efluentes provenientes dos tanques, áreas de bombas e áreas sujeitas a vazamento de derivados de petróleo ou de resíduos oleosos, o qual consta no Relatório de Controle Ambiental (RCA). Neste documento constam, ainda, algumas características do Posto revendedor como os equipamentos e sistemas de monitoramento, sistema de drenagem, sistema de detecção de vazamento e tipo de tanque. Em âmbito estadual há o termo de referência para a elaboração do RCA e neste consta, em anexo, uma série de documentos exigidos pela legislação federal, todavia é facultativo a utilização do mesmo.

Segundo a Deliberação Normativa 50 de 2001 Para obtenção das da Licença Prévia, de Instalação, serão apresentados os documentos previstos pelo inciso I e para a obtenção da licença de operação os previstos no inciso II, do artigo 5º da Resolução CONAMA nº 273 de 29 de novembro 2000 (MINAS GERAIS, 2001). Ou seja, os documentos descritos anteriormente.

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, além dos documentos supracitados, durante o processo de licenciamento solicita:

- a) Planta baixa: elaborada na escala 1:100 ou 1:200 e contendo a localização atual e a localização projetada dos tanques, tubulações de descarga, de abastecimento e de exaustão de vapores, unidades de abastecimento, sistema de filtragem de diesel (quando aplicável), projeção da cobertura da área de abastecimento, bacias de contenção (para tanques aéreos), compressores para sistemas de gás natural veicular, compressores de ar, box de lavagem, box de troca de óleo e lubrificação, área de armazenagem ou tanque de armazenamento de óleo queimado, depósitos, escritórios e sanitários.
- b) Planta de detalhes: apresentando o detalhamento da instalação dos novos tanques, as condições de assentamento, o material de preenchimento da cava (para tanques subterrâneos), a inclinação do tanque em relação ao plano horizontal, a profundidade de instalação dos tanques, as dimensões e o material de revestimento da bacia de contenção (para tanques aéreos), a indicação das linhas de veiculação dos combustíveis, as linhas de respiro enterradas e aéreas, assim como os detalhes das instalações correspondentes ao sistema de descarga (direta e à distância), às unidades de abastecimento, ao sistema de carregamento de caminhões (no caso de instalações de sistemas retalhistas), às ligações das linhas ao tanque e ao sistema de filtragem de diesel. Essa planta poderá ser incluída na planta baixa.
- c) Planta do sistema de drenagem: para as águas pluviais e para as águas contaminadas das áreas de descarga, abastecimento, lavagem e lubrificação, contendo sua localização, inclinação e sentido de escoamento, indicação das áreas de escoamento, declividade e material dos pisos. Essa planta deve conter o detalhamento do sistema de coleta, tratamento e destinação dos efluentes líquidos. Este documento é não é necessário quando o licenciamento tratar-se exclusivamente de instalações destinadas ao abastecimento de GNV. Essa planta poderá ser incluída na planta baixa.
- d) Laudo técnico de passíveis ambientais: atestando os níveis atuais de concentração dos compostos de interesse no subsolo da área do empreendimento. A investigação de passivos deve ser realizada segundo os seguintes procedimentos estabelecidos pela CETESB: Procedimento para Identificação de Passivos Ambientais em Estabelecimentos com Sistema de Armazenamento Aéreo de Combustíveis (SAAC) e Procedimento para Identificação de Passivos Ambientais em Estabelecimentos com Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis (SASC).
- e) Laudo de ensaio de requalificação (somente para tanques aéreos): determina o tipo de adequação a ser realizada nas instalações que possuam tanques aéreos, ou seja, se os tanques deverão ser substituídos, se os tanques deverão ser reformados ou se nenhuma adequação deverá ser feita nos tanques. Deve ser executado de acordo com o procedimento Roteiro para Inspeção de Tanques Aéreos de Armazenamento de Combustíveis e suas Tubulações, estabelecido pela CETESB.
- f) Laudo Técnico relativo à estanqueidade das instalações: executado ao término da instalação dos equipamentos e acessórios, emitido por empresa ou profissional habilitado e acompanhado da devida ART, conforme Portaria 259/2008 do INMETRO. Para empreendimentos que farão adequação às condições mínimas, os testes de estanqueidade devem ser realizados anualmente, até que os tanques sejam substituídos por tanques de parede dupla, dotados de sensores que monitorem continuamente o espaço intersticial dos tanques. Em relação aos empreendimentos que farão reforma completa, os ensaios de estanqueidade devem ser realizados ao final da instalação dos SASCs e a cada renovação da Licença de Operação.
- g) Notas fiscais dos tanques, tubulações não metálicas, sistema de monitoramento e válvula antitransbordo (CETESB, 200-[?]).

Todos os empreendimentos estudados receberam solicitações de condicionantes. Sendo essas descritas na Tabela 5.

Tabela 5: Condicionantes solicitadas no processo de licenciamento.

Condicionantes	Postos solicitados
Apresentar à SMMA as notas fiscais/ declarações que comprovem as destinações dos resíduos classe I, gerados no empreendimento, juntamente com a cópia da Licença ambiental válida da empresa recebedora. Prazo: semestralmente.	Todos os Postos
Encaminhar à SMMA, as análises físico-químicas, bimestral, dos efluentes pós caixa SAO. Prazo: semestralmente. Parâmetros interesse: pH, temperatura, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis e óleos e graxas.	Todos os Postos
Manter os tambores de resíduos em local coberto e com solo impermeabilizado. Prazo: permanente.	Postos: 4 e 5.

Foram entregues à SMMA os relatórios de monitoramento com os resultados das condicionantes solicitadas no processo de licenciamento. As análises físico-químicas foram feitas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município de Itabira - MG. Os parâmetros foram analisados de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 01 de 05 de maio de 2008, a qual descreve os valores máximos permitidos para os parâmetros analisados. Além disso, foram entregues à SMMA as notas fiscais e declarações que comprovaram as destinações dos resíduos classe I gerados no empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho ratificou-se que os postos revendedores de combustíveis são empreendimentos que provocam impactos ao meio ambiente.

Diante do potencial poluidor da atividade de revenda de combustíveis foram criadas legislações, com o intuito de minimizar os impactos gerados. Em âmbito federal dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, Resoluções CONAMA 237/97 e 273/2000, o estado de Minas Gerais dispõe de Deliberações Normativas 74/04, 50/01 e 108/07, já o município de Itabira da Lei 3.761 de 2003 e decreto 1.825 de 2007refogado pelo decreto 1.991 de 2014. Sendo assim, há ferramentas legais suficientes para a realização do Licenciamento Ambiental.

Os postos revendedores de combustíveis estudados foram licenciados junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sendo que, com exceção do Posto 1, as licenças requeridas foram Licenças de Operação Corretiva, já que os estabelecimentos funcionavam antes da data estabelecida na legislação.

Os relatórios de monitoramento enviados à SMMA semestralmente, conforme estabelecido nas condicionantes do processo de licenciamento, estão em conformidade com as legislações. Essas condicionantes podem contemplar ainda, execução de teste de e balanço mensal das vendas do estabelecimento, uma vez que o relatório descreve somente a quantidade de resíduos sólidos perigosos recolhidos pela empresa contratada, este não consta a quantidade gerada.

Recomenda-se que a SMMA incorpore no licenciamento ambiental municipal, os documentos exigidos pela Resolução Conama 273/2000, uma vez que atender as exigências do processo em âmbito federal é imprescindível, resguardando a conformidade com a legislação. Bem como, agir de forma mais restritiva, a exemplo do Estado de São Paulo que apresenta a documentação mínima estabelecida pela Resolução Conama, bem como outros documentos pertinentes ao processo, levando em consideração as particularidades locais. Dessa forma há a garantia do cumprimento da legislação por todos os empreendedores que tenham atividades passíveis de licenciamento.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo apoio concedido para participação no 28º CBESA. Agradecemos também à Universidade Federal de Itajubá – campus Itabira pelo apoio nos trabalhos de campo e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio na realização da pesquisa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.786: Posto de serviço – Seleção de equipamentos e sistemas para instalações subterrâneas de combustíveis.
2. BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução CONAMA nº. 273. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao>. Acesso em: 10 ago. 2013.
3. BRASIL. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm. **Acesso em: 06 jan. 2015.**
4. CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Quadros de exigências para o licenciamento ambiental de postos e sistemas retalhistas de combustíveis, contendo as Exigências Técnicas para as instalações e equipamentos do posto, bem como a relação de documentos necessários para a abertura do Processo de Licenciamento na Agência Ambiental. 200–[?]. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/Servicos/licenciamento/postos/roteiros_procedimentos.asp. Acesso em :01 mar. 2015.
5. ITABIRA. Decreto 1.991 - Aprova o Regulamento do Licenciamento Ambiental Municipal e dá outras providências, 2014.
6. ITABIRA. Lei nº 3.761 - Amplia e consolida a legislação ambiental do Município de Itabira e dá outras providências, 04 de fevereiro de 2003.
7. ITABIRA. Formulário de Orientação Básica Municipal, 2014.
8. LOUREIRO, Celso de Oliveira et al. Postos distribuidores de combustíveis e o problema ambiental em Belo Horizonte, MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 12., 2002, Florianópolis. Disponível em: aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/download/22452/14753>. Acesso em: 15 abr. 2013.
9. MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 50. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=133>. Acesso em: 02 set 2013.
10. MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 74 Disponível em: http://www.igam.mg.gov.br/images/TR_outorga/dn_copam_74-04%20empreendimentos%20poluidores.pdf . Acesso em: 30 set. de 2013.
11. MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 108. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6850>. Acesso em: 30 set. de 2013.